

# Esquerda teme força dos 5 anos

INDEXADO

Josemar Gonçalves

Marcondes Sampaio

A rearticulação das forças que defendem um mandato de cinco anos para o presidente Sarney está preocupando parlamentares de esquerda que defendem a realização das eleições presidenciais no próximo ano. A questão foi examinada no último fim de semana durante um encontro entre a bancada do PDT na Câmara e o candidato do partido à presidência, Leonel Brizola, e a conclusão foi, que só a retomada da mobilização popular pelas diretas-88 será eficaz para conter os que pretendem atribuir um mandato maior para Sarney.

Na Constituinte estão circulando duas propostas em defesa do mandato de cinco anos: uma do senador pefelista Edison Lobão amigo pessoal e conterrâneo do presidente Sarney e outra do deputado paranaense Matheus Jansen, do PMDB. Essa última, segundo o autor, já recebeu cerca de 150 assinaturas e prevê que as eleições presidenciais serão realizadas no dia 15 de novembro de 1989. A de Lobão não trata da data da eleição, dispondo apenas que o mandato do atual presidente se encerrará no dia 15 de março de 1990.

Fôlego

Ao reconhecer o revigoramento da tese dos cinco anos, o líder do PDT Brandão Monteiro atribuiu o fato à união das forças conservadoras, através do "Centrão", cujo desempenho na Constituinte — acrescentou — "deu novo fôlego ao Governo Sarney". Brandão informou que o comício pelas diretas-88, no Rio de Janeiro, articulado pelo PT e PDT, foi transferido do dia 17 para o dia 18 e que o de São Paulo foi mantido para o próximo domingo, dia 13.

O deputado paranaense Maurício Fruet, da corrente progressista do PMDB, também vê no "Centrão" instrumento importante de sustentação da proposta dos cinco anos para o atual presidente. Defensor dos quatro anos Fruet teme que o grupo venha endurecer em torno dessa proposta, utilizando-a "a serviço do Palácio do Planalto", como instrumento de negociação com os grupos de esquerda.

Em outras palavras: de acordo com o raciocínio de Fruet, o "Centrão" poderia se tornar irreduzível em relação aos cinco anos, para, em contrapartida, abrir mão de alguns pontos na questão social, dos quais seria levado a ceder, de qualquer modo, em consequência de posições divergentes no grupo e das pressões populares.

Frustração

Adverte ainda o parlamentar paranaense que os constituintes empenhados na defesa do mandato dos quatro anos não devem se deixar impressionar pelas reiteradas manifestações de conformismo do presidente Sarney, quanto decisão da Comissão de Sistematização. A seu ver, enquanto o Presidente faz declarações de aceitação dos quatro anos, o seu governo continua, através da distribuição de favores, trabalhando no sentido da vitória do mandato de cinco anos.

O vice-líder do PMDB na Constituinte Euclides Scalco e o líder do PC do B, Haroldo Lima, também vêm com preocupação o revigoramento da proposta dos cinco anos. Scalco observa que a eventual aprovação dessa proposta pelos cinco anos "agravaria a frustração popular, porque se chocaria com o desejo da sociedade, que quer eleições no próximo ano".

## PT revoga a advertência a Maria Luíza

Fortaleza — Em decisão de seu Diretório Nacional, com base no argumento do relator da matéria, o deputado Plínio Arruda, de São Paulo, do Partido dos Trabalhadores revogou a advertência feita à prefeita Maria Luíza e seu assessor especial Jorge Paiva, além de conceder anistia aos ex-dirigentes Gilvan Rocha, William Montenegro e Manuel Fonseca. Os três foram expulsos do partido, segundo decisão do Diretório Regional do Ceará, alterada posteriormente pelo Diretório Nacional por uma suspensão de um ano.

No seu parecer, o relator entendeu que não houve erro ético, mas sim de caráter político no envolvimento com os coronéis no pleito de 15 de novembro último.



Montoro, que esteve com Ulysses, disse que veio a Brasília lutar para a aprovação do parlamentarismo

## Montoro defende as prévias e condena PMDB "fisiológico"

"Meu PMDB não é o do deputado Roberto Cardoso Alves (peemedebista do "Centrão"), mas o dos senadores Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso (adversários daquele grupo conservador de constituintes)". Foi o que afirmou, ontem, o ex-governador de São Paulo, Franco Montoro, ao declarar-se candidato a candidato à presidência da República, nas próximas eleições presidenciais.

Montoro defendeu a realização de prévias no partido, para escolha do candidato partidário à sucessão de Sarney; manifestando-se favorável a qualquer "fórmula aberta através da qual o PMDB possa escolher democraticamente seus candidatos".

Em entrevista no gabinete do senador, Fernando Henrique, o ex-governador reafirmou que "veio para Brasília lutar para que a Constituinte aprove o sistema parlamentarista de governo, pois — conforme disse — há muito desconhecimento em torno de tal assunto".

Montoro recordou que mesmo sob o sistema parlamentarista, o mandato do presidente Sarney deve esgotar-se em quatro anos, devido aos compromissos tácitos com a transição política, assumidos pelo atual presidente e por Tancredo Neves. "Cinco anos de mandato — insistiu — é prazo longo de mais, portanto inadmissível, para a transição política do autoritarismo à democracia".

A propósito do parlamentarismo, o ex-governador destacou três conquistas feitas no Brasil, sob aquele sistema de governo: a sindicalização rural, a criação do salário-família para os trabalhadores, e a instituição do maior salário-mínimo de toda a história do País, ao tempo do ministro parlamentarista Tancredo Neves.

Dentre os males do presidencialismo, apontou o clientelismo político, a política nuclear ruínoza adotada pelos governos militares, a contração da maior dívida externa de todos os tempos, no Brasil, sem controle da sociedade, através do Parlamento.

Recentemente, Montoro reuniu argumentos de ordem política, moral, jurídica e social, para defender, no exterior, uma nova postura em relação à dívida externa brasileira. Denunciou a mudança de critérios relativos à dívida dos

## Pleito em 88 preocupa Sabóia

Porto Alegre — O ministro da Marinha, Henrique Sabóia, manifestou ontem, em Porto Alegre, sua "grande preocupação" com a possibilidade de a Constituinte fixar em quatro anos o mandato do presidente José Sarney, com a consequente convocação de eleições para 1988. "Temo que isto não seja a melhor solução para o País", afirmou o ministro, observando que a campanha eleitoral coincidiria com a necessidade de o Congresso elaborar as leis complementares que regularão a futura Constituição, e com os trabalhos de elaboração das novas Constituições estaduais, pelas As-

diversos países, feita unilateralmente pelos credores. Depois, mostrou que a dívida é fator de aumento do desemprego interno, da elevação do custo de vida e de decréscimo de salários. Para Montoro como consequência de tais fenômenos, sobreveio, a partir da crise da dívida, no começo dos anos 80, o aumento da miséria social e sobretudo da mortalidade infantil, no Brasil e na América Latina.

Progressistas

No plano político, Montoro destacou que, na última campanha eleitoral, o PMDB, inclusive em São Paulo, teve "um discurso progressista". Admitiu, sem citar nomes, haver, da parte de muitos peemedebistas na Constituinte, um comportamento inadequado àquele discurso, caracterizado pela pregação de mudanças sociais.

Sobre quem manda, hoje, no PMDB, retrucou que o partido não é uma força estática, mas dinâmica. Assim, na ocasião oportuna da escolha do candidato partidário à sucessão presidencial, o domínio político do PMDB, dependerá "do que o partido fizer daqui para o futuro".

"Existem dois PMDBs. Um — disse ele — mais clientelista; outro, mais autêntico. É preciso fortalecer o PMDB autêntico".

Sobre o "Centrão", disse que "esse grupo não tem proposta, é coisa transitória, pois só reúne os que são contra alguma coisa".

Em seguida, após destacar os méritos do presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, como um dos candidatos prováveis à sucessão presidencial, Montoro reconheceu que a renovação do comando peemedebista deve ser objeto de conversas no plano partidário, com vistas à possível dinamização do partido.

Sobre se entende que deva ser de São Paulo o próximo candidato do PMDB à presidência da República, o ex-governador observou que "há 81 anos aquele Estado não dá um chefe de Governo ao Brasil". Os dois últimos presidentes paulistas, Washington Luís e Jânio Quadros, não eram nascidos em São Paulo, mas no Estado do Rio e em Mato Grosso. Pelos cálculos de Montoro, o último presidente paulista foi Rodrigues Alves.

sembléias Legislativas. Ele observou que até as leis eleitorais e relativas à organização partidária terão de ser revistas.

"Não vou dizer que a eleição possa comprometer (a institucionalização do País), mas pode tornar as coisas mais difíceis", asseverou o ministro, fazendo questão, todavia, de ressaltar que a decisão caberá à Constituinte. "Eu não opino sobre isto. Estou apenas manifestando meu entendimento de que eleições no ano que vem tem esses inconvenientes. Mas o mandato (presidencial) não é uma coisa que me diga respeito", comentou Henrique Sabóia.

## Campanha de rua recomeça sexta no Rio

O PT e o PDT retomam com um comício depois de amanhã, no Rio de Janeiro, e uma concentração no domingo, em São Paulo, a nova temporada das diretas para Presidente da República em 1988. O primeiro ato promete levar à Cinelândia, 500 mil pessoas, enquanto na Praça da Sé são esperados 100 mil manifestantes.

Motivados pela decisão da Comissão de Sistematização da Constituinte que reduziu, no mês passado, o mandato do presidente José Sarney para quatro anos, os organizadores da campanha esperam vencer o desânimo do público verificado na segunda temporada, em meados do ano, que foi marcada pelas praças vazias.

Sob a liderança do ex-governador Leonel Brizola, do PDT, e do deputado Luiz Inácio Lula da Silva, do PT, profissionais na organização de grandes comícios, os dois partidos esperam repetir agora a primeira campanha das diretas, em 1984, quando levaram às ruas mais de um milhão de pessoas em manifestações separadas no Rio e em São Paulo.

Candidatos

Apesar de serem adversários potenciais, já que ambos são candidatos declarados à Presidência, Brizola e Lula deverão permanecer unidos a fim de levar adiante a campanha das diretas-88 pelo fato de lutarem pela manutenção do sistema presidencialista de Governo.

Isto significa, no mínimo, o alinhamento dos parlamentaristas do PCB, PC do B e do Movimento Unidade Progressista do PMDB (MUP), considerados os grandes culpados pelo fracasso de público dos últimos comícios. Os parlamentaristas defendiam nos palanques a adoção do regime de gabinete que significa a própria negação das diretas, uma vez que o Governo passaria às mãos do Primeiro-Ministro, indicado pelo Congresso.

A novidade desta temporada das diretas é o fato de os dois partidos (PT e PDT) se apresentarem com dois candidatos já lançados à sucessão de Sarney — Leonel Brizola e Lula da Silva.

A hipótese de uma dobradinha, pela qual Lula seria vice de Brizola, está praticamente inviabilizada, na medida que os petistas não abrem mão de lançar um candidato próprio para concorrer à Presidência da República, e Brizola tende por um vice de tendência moderada, como forma de compor uma chapa com maiores chances de vitória.

PT e PDT têm ainda a união a recente vitória do "Centrão" na Constituinte, que voltou a levantar a perspectiva de adiamento da eleição presidencial para 1989. Lula está advertindo os petistas que a união com o PDT é vital para o movimento pelas diretas, que poderá sofrer o ataque tanto dos parlamentaristas como dos sarneyistas na Constituinte.

Mesmo diante da tentativa de grande parte do "Centrão" de aprovar os cinco anos para Sarney, Lula e Brizola acreditam que a decisão pelo pleito no próximo ano, se mostra cada vez mais irreversível diante do crescente índice de impopularidade do Governo.